INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Inbursa de Investimentos S.A.
O Banco é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa"), e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos devidamente constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos. Por sua vez, o Banco é uma instituição financeira devidamente constituída sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, tendo sido autorizado a funcionar como banco de investimento pelo Bacen, e tem como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, bem como a prática de atividades e operações de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Grupo Financeiro Inbursa é um conglomerado financeiro mexicano, com alta liquidez e alto nível de capitalização em todos os seus negócios. No México, ocupa entre a 5ª e a 6ª posição entre os maiores bancos do país, contemplando uma plataforma completa de produtos dos mais variados segmentos do mercado financeiro. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir a totalidade das ações detida pelo Standard Bank Group Limited no Banco Standard de Investimentos S.A. (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no País. Dessa forma, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14.03.2014, tendo sido aprovado pelo Bacen e publicado no Diário Oficial da União em 15.05.2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17.04.2015.
Desempenho dos Negócios
No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos. Replicando o foco de atuação de negócios no México, o Banco irá atuar no mercado de empréstimos, apoiando grandes, pequenas e médias empresas. O Banco começou as suas operações no Brasil, tendo como missão o comprometimento com o País, integrado com o melhor capital humano e criado para gerir e fazer prosperar da maneira mais eficaz o patrimônio de seus acionistas e clientes, tendo como um de seus principais pontos fortes a disciplina no controle de custos e a busca por eficiência em todos os processos de forma contínua. As operações realizadas estão adequadas aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios oportunamente apresentado ao Bacen, que, dentre outras, consistem notadamente em fornecer uma gama completa de empréstimos de capital de giro às empresas de pequeno e médio porte no Brasil. Crescer de forma rentável, com baixos custos e seguros níveis de riscos, oferecendo os produtos e serviços em relação aos quais já contamos com experiência e que já apresentaram sucesso no mercado mexicano, são os principais objetivos estratégicos.
Gestão de Riscos
O Banco julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, jurídico e de *compliance*. O Banco busca um equilíbrio apropriado entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle e visando à manutenção do Sistema Financeiro Nacional e da sociedade como um todo. A alta administração do Banco é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes à gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo Banco no que se refere à realização e consecução de seu objeto social, bem como seu efetivo gerenciamento. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos do Banco está disponível no site www.bancoinbursa.com.br.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014
Circulante		**81.527**	**130.148**
Disponibilidades	4	**6**	**636**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	**78.134**	**116.092**
Carteira própria		78.134	116.092
Operações de Crédito	6	**3.336**	**–**
Setor privado		3.370	–
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(34)	–
Outros Créditos	8	**4**	**13.338**
Diversos		4	13.338
Outros Valores e Bens		**47**	**82**
Despesas antecipadas		47	82
Realizável a Longo Prazo		**25.515**	**6.770**
Operações de Crédito	6	**16.164**	**–**
Setor privado		16.326	–
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(162)	–
Outros Créditos	8	**9.351**	**6.770**
Diversos		9.351	6.770
Permanente		**1.940**	**2.649**
Investimentos		**1**	**1**
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		**1.747**	**2.499**
Outras imobilizações de uso		9.477	9.651
Depreciação acumulada		(7.730)	(7.152)
Intangível		**192**	**149**
Ativos intangíveis		1.320	1.063
Amortização acumulada		(1.128)	(914)
Total do Ativo		**108.982**	**139.567**

Passivo	Notas	2015	2014
Circulante		**13.632**	**28.461**
Outras Obrigações		**13.632**	**28.461**
Fiscais e previdenciárias		443	580
Diversas	10	13.189	27.881
Exigível a Longo Prazo		**2.598**	**1.806**
Outras Obrigações		**2.598**	**1.806**
Diversas	10	2.598	1.806
Patrimônio Líquido		**92.752**	**109.300**
Capital social:			
De domiciliados no exterior	11 a.	111.588	111.588
Lucros ou prejuízos acumulados		(18.836)	(2.288)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**108.982**	**139.567**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		135.889	549	4.650	(29.500)	111.588
Redução de capital:						
Redução de capital		(24.301)	(549)	(4.650)	29.500	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	(2.288)	(2.288)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	11a.	111.588	–	–	(2.288)	109.300
Prejuízo do exercício		–	–		(16.548)	(16.548)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		111.588	–	–	(18.836)	92.752
Saldos em 30 de Junho de 2015		111.588	–	–	(16.820)	94.768
Prejuízo do semestre		–	–	–	(2.016)	(2.016)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	11a.	111.588	–	–	(18.836)	92.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	Notas	2º semestre de 2015	Exercícios 2015	Exercícios 2014
Receitas da Intermediação Financeira		**6.666**	**12.931**	**22.400**
Rendas de operações de crédito	6 d.	460	460	4.705
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 e.	6.206	12.471	17.672
Resultado de operações de câmbio	7	–	–	23
Despesas da Intermediação Financeira		**(196)**	**(196)**	**(6.535)**
Despesas de captação no mercado	9	–	–	(6.530)
Despesas de empréstimos e repasses	9	–	–	(6)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 c.	(196)	(196)	1
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**6.470**	**12.735**	**15.865**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(8.523)**	**(29.344)**	**(17.131)**
Receitas de prestação de serviços	18 a.	–	–	23.170
Despesas de pessoal	18 b.	(5.824)	(21.632)	(30.772)
Outras despesas administrativas	16	(3.861)	(8.653)	(11.613)
Despesas tributárias		(356)	(745)	(2.427)
Outras receitas operacionais	18 d.	1.518	1.959	5.256
Outras despesas operacionais	18 c.	–	(273)	(745)
Resultado Operacional		**(2.053)**	**(16.609)**	**(1.266)**
Resultado não Operacional		**37**	**61**	**(871)**
Participações Estatutárias		**–**	**–**	**(151)**
Prejuízo Líquido		**(2.016)**	**(16.548)**	**(2.288)**
Quantidade de Ações	11 a.	**111.587.801**	**111.587.801**	**111.587.801**
Prejuízo Líquido		**(0,02)**	**(0,15)**	**(0,02)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas	2º semestre 2015	Exercícios 2015	Exercícios 2014
Prejuízo Líquido		**(2.016)**	**(16.548)**	**(2.288)**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(675)**	**(196)**	**(2.175)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 c.	196	196	(1)
Depreciação e amortização	16	428	1.178	1.836
Constituição/Reversão com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		(1.293)	(1.541)	(4.882)
Ganho na alienação de imobilizado		(6)	(29)	872
Resultado Ajustado		**(2.691)**	**(16.744)**	**(4.463)**
Variação de Ativos e Obrigações		**2.868**	**16.555**	**2.350**
Redução em títulos e valores mobiliários		23.523	37.958	79.878
(Aumento)/Redução em operações de crédito		(19.696)	(19.696)	221
Aumento/(Redução) em outros créditos		(2.939)	10.754	18.530
Aumento/(Redução) em outros valores e bens		(11)	36	148
Redução em depósitos		–	–	(87.171)
Aumento/(Redução) em outras obrigações		1.991	(12.497)	(9.035)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		–	–	(221)
Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		**177**	**(189)**	**(2.113)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(58)	(284)	(7)
Alienação de imobilizado		11	100	224
Aquisição no intangível		(146)	(257)	(33)
Caixa Líquido Gerado/(Aplicado) nas Atividades de Investimentos		**(193)**	**(441)**	**184**
Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		**(16)**	**(630)**	**(1.929)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		22	636	2.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		6	6	636
Redução Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa		**(16)**	**(630)**	**(1.929)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem Mexicana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir o Banco Standard de Investimentos (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país. No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando as pequenas e médias empresas (PME's), replicando o foco de atuação de negócios no México. O controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, aprovado pelo Banco Central do Brasil e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do Conselho de Administração e atribuída à Diretoria da Administração do Banco, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela sua Diretoria em 28 de março de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas Contábeis: As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para Negociação:** São avaliados na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período; **(ii) Títulos Disponíveis para Venda:** São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários; **(iii) Títulos Mantidos até o Vencimento:** São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. **e. Operações de Crédito:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes, os períodos de atraso definidos na referida Resolução. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **f. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. No período, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **g. Outros Ativos e Passivos:** São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **h. Permanente: Imobilizado de Uso** - demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais: Móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%; Equipamentos de processamento de dados - 20%; Instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados. **Ativo Intangível** - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **i. *Impairment* de Ativos Não financeiros:** O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1° de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Em 31/12/2015 e 2014, não foram identificadas as necessidades de registro de *impairment* para os ativos do banco. **j. Receitas e Despesas:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **k. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** As provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinando pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015. **l. Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **m. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, e Depósitos Judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: **i. Provisões**: são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerada a saída de recursos para a liquidação das obrigações. **ii. Ativos Contingentes**: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **iii. Passivos Contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. **iv. Obrigações Legais**: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente resgistrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **v. Depósitos Judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem dedução das provisões para passivos contigentes, pelo valor original, atualizado pela taxa prevista em lei.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
Disponibilidades em moeda nacional	6	636
Total de caixa e equivalentes de caixa	**6**	**636**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo custo de aquisição e classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos disponíveis para venda", sendo estes apresentados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelos seus valores de mercado na data do balanço, sendo o ajuste positivo ou negativo, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado (TVM)". Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira era composta por: **a. Composição da Carteira**

		2015		2014	
	Sem vencimento	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
Disponíveis para venda					
Cotas de fundos de investimentos renda fixa (*)	78.134	78.134	78.134	116.092	116.092
Total disponíveis para venda	**78.134**	**78.134**	**78.134**	**116.092**	**116.092**

(*) Refere-se ao investimento no fundo Savoy Referenciado DI Fundo de Investimentos (fundo exclusivo), cuja política de investimento foi aprovada para investir exclusivamente em títulos públicos federais pós-fixados (LFT). **b. Títulos em Garantias:** Em decorrência da nova estratégia, conforme mencionado no contexto operacional, o Banco não possui títulos depositados em garantia. **c. Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários:** As cotas de fundos de investimentos são custodiadas na CETIP S.A. - Mercados Organizados. **d. Valor de Mercado:** O valor da cota do fundo de investimento é considerada com base no valor da cota divulgado pelo Administrador no site da Comissão de Valores Mobiliario - CVM.

e. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2015	2014
Rendas de aplicação em fundos de investimentos	12.471	17. 672
Total	**12.471**	**17.672**

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Corresponde a operações de crédito, conforme os prazos e classificação demonstrados a seguir:

continua

INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

a. Composição da Carteira:

	2015	2014
Empréstimos		
Setor privado:		
Indústria	19.173	–
Comércio	126	–
Outros serviços	397	–
Total de empréstimos	**19.696**	**–**
Total curto prazo	3.370	–
Total longo prazo	16.326	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(196)**	**–**

b. Classificação por Nível de Risco:

		2015					2014	
		Vencimento						
Nível de risco	% provisão	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo da carteira	Provisão	Saldo da carteira	Provisão
AA	0,0%	5	15	33	53	–	–	–
A	0,5%	32	95	134	261	(1)	–	–
B	1,0%	178	2.988	16.153	19.319	(193)	–	–
C	3,0%	13	44	6	63	(2)	–	–
Total		**228**	**3.142**	**16.326**	**19.696**	**(196)**	**–**	**–**

c. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	**–**	**(1)**
Constituição de provisão	(196)	–
Reversão de provisão	–	1
Saldo final	**(196)**	**–**

No exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve renegociações ou baixa de créditos para prejuízo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo (2014 - R$4.496).

d. Resultado de Operações de Crédito:

	2015	2014
Rendas de empréstimos	460	–
Rendas de financiamentos à exportação	–	209
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	–	4.496
Total	**460**	**4.705**

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Em função da nova estratégia adotada, conforme descrito no contexto operacional, o Banco não está efetuando novas operações e não possui posições em aberto na carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Os resultados de operações de câmbio foram:	2015	2014
Rendas de câmbio	–	34
Despesas de câmbio	–	(11)
Total	**–**	**23**

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Adiantamento e antecipações salariais	4	–
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	–	46
Devedores por depósitos em garantia (i)	4.461	4.043
Impostos e contribuições a compensar	2.007	2.727
Títulos e créditos a receber (ii)	2.883	–
Valores a receber de sociedades ligadas (vide nota 14 b.)	–	13.292
Total	**9.355**	**20.108**
Total curto prazo	4	13.338
Total longo prazo	9.351	6.770

(i) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a imposto de renda e contribuição social (vide 13b.).
(ii) Refere-se a valores a receber de despesas originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" (vide nota 1).

9. CAPTAÇÕES

Em função da nova estratégia adotada, conforme descrito no contexto operacional, o Banco não está efetuando novas operações e não possui posições em aberto na carteira de depósito a prazo, em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Resultado com Captações

	2015	2014
Despesas de depósitos a prazo	–	(6.451)
Outros	–	(79)
Total de despesas de captação no mercado	–	(6.530)
Resultado de empréstimos e repasses (i)	–	(6)
Total de despesas com captações	**–**	**(6.536)**

(i) O resultado obtido na captação com empréstimos e repasses é composto por juros e variação cambial do período.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2015	2014
Provisão para despesas de pessoal	11.301	27.219
Provisão para outras despesas administrativas - StandardBank (i)	1.244	–
Provisão para outras despesas administrativas	644	662
Provisão para passivos contingentes (vide nota 13)	2.598	1.806
Outros pagamentos	–	–
Total	**15.787**	**29.687**
Total curto prazo	13.189	27.881
Total longo prazo	2.598	1.806

(i) Refere-se a obrigações originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" R$ 1.244 (vide nota 1).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2015 está dividido em 111.587.801 (2014 - 111.587.801) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$ 111.588 (2014 - R$ 111.588). **b. Dividendos:** Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Por deliberação da Assembleia Geral, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio. Não foram distribuídos dividendos ou pagos juros de capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **c. Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária.

12. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Imposto de renda e contribuição social	
	2015	2014
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes		
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	**(16.548)**	**(2.288)**
Adições/(exclusões)	**(4.213)**	**(5.406)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.162)	(175)
Provisão para contingências trabalhistas	(252)	(4.882)
Adições/(exclusões) temporárias	(14.340)	(7.571)
Adições/(exclusões) permanentes	12.541	7.222
Base tributável antes da compensação de prejuízo fiscal	**(20.761)**	**(7.694)**
Base tributável para imposto de renda e contribuição social	**(20.761)**	**(7.694)**
Total de imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	**–**	**–**

b. Créditos Tributários não Ativados: O Banco possui prejuízos fiscais de R$ 160.769 (2014 - R$ 140.250) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (Despesas de Pessoal, Provisões de Créditos e Contingências) de R$ 11.884 (2014 - R$ 30.193), sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (20% para 2015 e 15% para 2014) no montante de R$ 77.694 (2014 - R$ 68.177), esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contingência Classificada com Risco de Perda provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa R$ 2.598 (2014 - R$ 1.806).

Saldo inicial	**1.806**
Constituiçao de provisão	2.232
Atualização de provisão	83
Reversão de provisão	(1.523)
Saldo final	**2.598**

Contingências Classificadas com Risco de Perda Possível: não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, não produzirão efeitos patrimoniais: (a) Trata-se de processo de natureza fiscal relativo à prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização alegou que a instituição não apresentou provas suficientes para comprovar que tais serviços foram prestados à pessoa jurídica domiciliada no exterior e que, portanto, essas receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível, com boas chances de êxito. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do auto monta R$ 9.721 (2014 - R$ 9.268). (b) Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB às folhas 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial totaliza R$ 4.461 (2014 - R$ 4.043). (c) Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R$ 11.336 (2014 - R$ 10.102). (d) O Banco é um dos réus em um processo instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), iniciado em julho de 2015 sobre envolvimento em práticas anticompetitivas relacionadas a taxas de câmbio no período de maio de 2009 a novembro de 2010. O atual andamento desse processo não nos permite qualquer tipo de avaliação quanto à probabilidade do risco de perda e à mensuração dos montantes envolvidos. Não existem outras causas judiciais contra o Banco de conhecimento da Administração, além das apresentadas acima.

14. PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração: Remuneração dos empregados e administradores - De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2015, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R$ 10.000, para o exercício de 2015 (2014 - R$ 10.000). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R$ 4.377 (2014 - R$ 8.482).
b. Transações com Partes Relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem a entidade controladora, Banco Inbursa, S.A. Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa., a parte controladora final e as entidades controladas por ela. No exercício não houve operações com as partes relacionadas. Conforme descrito na nota explicativa n° 1 - Contexto Operacional, antes da aprovação do regulador as partes relacionadas do Banco incluíam a entidade controladora, SBIC Investments S.A., a parte controladora final, a Standard Bank Group, e as entidades controladas por ela. As transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2015 e 2014:

		2015		2014	
	Grau de Relação	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício	Ativo (passivo)	Receitas (despesas) exercício
Receita de prestação de serviços					
Standard Bank PLC	Ligada	–	–	13.292	13.605

15. INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 31 de dezembro de 2015 corresponde a 89,41 % (66,03% em 2014).

	2015	2014
Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	92.752	109.300
Patrimônio de referência exigido - PRE	11.412	18.208
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	81.340	91.092
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	2,09%	2,42%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Aluguéis	(1.425)	(1.349)
Depreciação e amortização	(1.178)	(1.836)
Processamento de dados	(2.761)	(3.122)
Serviços técnicos especializados	(1.043)	(2.249)
Comunicações	(338)	(460)
Manutenção e conservação de bens	(365)	(624)
Viagens	(222)	(419)
Serviços do sistema financeiro	(64)	(74)
Água, energia e gás	(237)	(199)
Promoções e relações públicas	(22)	(61)
Segurança	(3)	(6)
Transportes	(28)	(88)
Publicações	(83)	(101)
Propaganda e publicidade	(132)	(26)
Outras	(752)	(999)
Total	**(8.653)**	**(11.613)**

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição. **b.** Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias *(commodities)* de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente da área de negócios. O Banco realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais. **c.** Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez, são considerados os passivos contratados junto à matriz, bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda. **d.** Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade. **e.** Gestão de capital - A gestão de capital é realizada pela Diretoria Executiva com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos. **f.** Risco Socioambiental - A política de risco socioambiental do Banco está inserida no âmbito da PRSA da instituição, alinhada à Resolução CMN 4.327/14. Essa política tem como proposta a definição dos critérios de avaliação de risco da contraparte para as operações de crédito do Banco. A avaliação será categorizada considerando os princípios de relevância dos impactos sociosambientais, observando o porte da empresa, grau de exposições das operações com base no respectivo volume na carteira, e o potencial nível de impacto socioambiental com base nas atividades econômicas dos tomadores de crédito e o risco potencial de corresponsabilidade. **g.** Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado estão disponíveis no endereço eletrônico: *www.bancoinbursa.com.br*.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Receitas de prestação de serviços referem-se à prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira a clientes no montante de R$ 0 (2014 - R$ 9.565), e a Standard Bank PLC no montante de R$ 0 (2014 - R$ 13.605).
b. Despesas de pessoal referem-se a:

	2015	2014
Proventos	(13.060)	(20.696)
Encargos sociais	(5.568)	(6.550)
Benefícios	(1.303)	(1.607)
Honorários	(1.616)	(1.785)
Despesa de remuneração de estagiários	(41)	(45)
Treinamento	(44)	(89)
Total	**(21.632)**	**(30.772)**

c. Outras despesas operacionais referem-se à variação cambial de operações R$ (272) (2014 - R$ 0), provisão para contigências trabalhistas de R$ (1) (2014 - R$ (718)) e perdão de dívida de operações de crédito no montante de R$ 0 (2014 - R$ (27)). **d.** Outras receitas operacionais referem-se à atualização monetária de depósito judicial no montante de R$ 418 (2014 - R$ 326), e reversão de provisão para contingências trabalhistas de R$ 1.541 (2014 - R$ 4.930). **e.** Resultado não operacional refere-se à receita obtida com venda de ativo imobilizado no montante de R$ 30 (2014 - R$ (871)) e sublocação de imóvel no montante de R$ 31 (2014 - R$ 0). **f.** A Administração efetuou avaliação das disposições contidas na Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, efeito da conversão em Lei da Medida Provisória 627/13, e, tendo em vista à natureza das atividades do Banco e seus benefícios, não optou pela antecipação da sua vigência no ano calendário de 2014, acatando as alterações propostas pela lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

A DIRETORIA

VLADIMIR BACIGA - TC CRC 1SP 131022/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Inbursa de Investimentos S.A. (Anteriormente Banco Standard de Investimentos S.A.). São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inbursa de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1 - Contexto Operacional, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 15 de maio de 2015 com consequente alteração de sua razão social para Banco Inbursa de Investimentos S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 16 de março de 2015.

São Paulo, 28 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Deloitte.

www.bancoinbursa.com.br

DCI na web: www.dci.com.br